= LEI № 1153/93 =

(Modifica o texto da Lei nº 1002/89, que "dispõe sobre a organização" estruturacional e administrativa do município")

A Câmara Municipal de Piumhi, decreta e eu Prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A organização estrutural e administrativa do município obederá o disposto nesta lei.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 2º - A ação do Governo Municipal se ' orientará no sentido do desenvolvimento do Município e do aprimoramento dos serviços prestados à população, mediante planejamento de suas atividades.

Parágrafo único - O planejamento das atividades da Administração Municipal obedecerá as diretrizes estabelecidas neste Capítulo, e será feita através da elaboração e manutenção tatualizada dos seguintes instrumentos:

- I Orçamento Plurianual de Investimentos;
- II Programa Anual de Trabalho;
- III- Orcamento-Programa:
- IV Programa Financeiro Anual da Despesa.

Art. 3º - As atividades da Administração 'Municipal, e, especialmente, a execução de planos e programa de Governo, serão de permanente coordenação.

Art. 4º - Os serviços municipais deverão 'ser atualizados permanentemente com o objetivo de proporcionar melhor atendimento ao público, através de rápidas decisões, e, sempre que 'possível com execução imediata.

Art. 5º - A coordenação será exercida em '
todos os órgãos da Administração Municipal, através da atenção dos Se
apriários Municipais, dentro de sua área de competência.

Art. 6º - O Município recorrerá, para exe-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI ESTADO DE MINAS GERAIS C.G.C.(M.F.) Nº 18.781.346/0001-04

cução de obras e serviços, sempre admissível e aconselhável, mediante contrato, concessão, permissão ou convênio, a pessoas ou entidades do setor privado, de forma a alcançar melhor rendimento, evitando novos encargos permanentes e ampliação desnecessária do quadro de servido - res.

Art. 7º - Para execução desses programas, o Município utilizar-se-á de recursos colocados à sua disposição por entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, ou consorciá com outras entidades para solução de problemas comuns e melhor aproveitamento de recursos financeiros e técnicos.

Art. 8º - Na elaboração e execução de seus programas, o Município efetuará uma hierarquização das prioridades de acordo com a necessidade da obra ou serviço, e o atendimento do interesse coletivo.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO

Art. 9º - O sistema Administrativo do Município é constituido dos seguintes órgãos:

- I- Unidades de Assistência Direta e imediata ao Prefeito;
- I.I Gabinete do Prefeito:
- II- Unidades de Administração Específicas:
- II.I Departamento Municipal de Educa cão e Cultura:
- II.II Departamento Municipal de Espor tes. Lazer e Turismo;
- II.III Departamento de Obras e Serviços ' Públicos:
- II.IV Departamento Municipal de Saude:
- II.V Departamento Municipal de Assis tência Social.
- III- Unidades de Administração Geral:
- III.I Departamento Municipal de Adminis tação;
- III.II Departamento Municipal da Fazenda.
- IV- Unidades vinculadas ao Prefeito:
- IV.I Junta de Serviço Militar;
- IV.II Unidade Municipal de Cadastramento Rural.





ESTADO DE MINAS GERAIS C.G.C.(M.F.) Nº 16.781,346/0001-04

TÍTULO III

DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS

CAPÍTULO I

UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA

X Art. 10 - Ao Gabinete do Prefeito compete:
I- Assistir ao Prefeito nas funções

Político-Administrativas;

II- Atender e fazer encaminhar os in teressados aos órgãos competentes do Município;

III- Manter o Prefeito informado so-bre o noticiário de interesse do Município, e assessorá-lo em suas relações públicas;

IV- Organizar e controlar a agenda '

do Prefeito;

V- Executar as atividades relativas

ao desenvolvimento do expediente a ser assinado pelo Prefeito;

VI- Assessorar o Prefeito e demais '

unidades do Município nos assuntos de natureza jurídica;

VII- Promover a representação do Município perante qualquer Juizo, Instância ou Tribunal;

VIII- Prestar assistência jurídica à ' gestão do negócio público exercido pelo Prefeito;

IX- Elaborar ou examinar e visar as' minutas de contrato e convênios em que for parte o Município;

X- Representar sobre as providências de ordem pública, sempre que as medidas lhe pareçam reclamadas pelo 'interesse público, ou pela boa aplicação da legislação vigente;

XI- Orientar e controlar, mediante a expedição de normas e fiscalização específica, a inscrição da dívida ativa, e promover sua cobrança judicial;

XII- Manter os livros de registros de Leis, Decretos e Convênios do Município;

XIII- Manter o controle do Patrimônio'

Imobiliário do Município;

XIV- Coordenar, elaborar e executar 'os planos, programas, projetos e atividades na área do município;
XV- Elaborar, acompanhar e controlar

XV- Elaborar, acompanhar e controlar

* execução da proposta orçamentária do Município;



ESTADO DE MINAS GERAIS C.G.C.(M.F.) Nº 16.781,346/0001-04

XVI- Promover a atualização do Cadas-

tro Técnico Municipal;

XVII- Realizar estudos e pesquisas para o planejamento das atividades do Governo Municipal;

XVIII- Assessorar o Prefeito no planeja

mento, na organização e na coordenação das atividades do Município;

XIX- Planejar, coordenar e controlar

as atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano do Município;

XX- Executar outras atividades que '

forem confiadas.

Parágrafo único - O Gabinete do Prefeito !

compor-se-á de:

I- Gabinete;

II- Procuradoria Geral;

III- Assessorias Especiais.

Art. 11 - 0 Prefeito Municipal denominará e fixará o número e a competência das Assessorias Especiais do Gabine te segundo o interesse público e as necessidades do serviço, não podendo seu número ser superior a 03 (três).

CAPÍTULO II

UNIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Art. 12 - Ao Departamento Municipal de Ad-

ministração compete:

I- Promover a execução das atividades do pessoal, material, patrimônio, transporte e comunicação admi nistrativa, e serviços gerais no âmbito do Município;

II- Coordenar, supervisionar os planos. programas e projetos na área do pessoal;

III- Padronizar, adquirir, guardar e 'distribuir todo o material utilizado nos serviços do Município, bem 'como emanar diretrizes de orientação normativa;

IV- Controlar programas e fiscalizar as atividades de comunicação e arquivo, limpeza, conservação e transporte do Município;

V- Colaborar com unidades superio - res na definicão da política administrativa do Município.

Parágrafo único - O Departamento Municipal Administração compõe-se das seguintes Divisões Administrativas:



ESTADO DE MINAS GERAIS C.G.C.(M.F.) Nº 16.781.346/0001-04

~	The same of the		D
I-	DIVISAO	aе	Pessoal:

II- Divisão de Material e Patrimônio;

III- Divisão de Serviços Gerais.

Art. 13 - Ao Departamento Municipal da Fa -

zenda compete:

I- Colaborar com unidades superiores na definição da política fiscal do Município;

II- Controlar, dirigir e fiscalizar a arrecadação das rendas do Município;

III- Fazer estudos de comportamento da receita e apoiar-se à unidade competente na elaboração de projetos orçamentários;

IV- Determinar e orientar a inscrição dos débitos não liquidados da Dívida Ativa, e promover a cobrança amigável;

V- Promover a prestação de informa - ções e ou esclarecimentos aos contribuintes sobre o atendimento das e- xigências da legislação tributária do Município;

VI- Promover pagamentos dos débitos '
municipais, elaborar a contabilidade, e manter todos os controles fi nanceiros do Município.

Parágrafo único - O Departamento Municipalo da Fazenda compõe-se das seguintes Divisões Administrativas:

I- Divisão da Receita;

I-I Seção de Receitas Diversas;

I-II Seção da Divida Ativa:

I-III Seção de Fiscalização.

II- Divisão de Finanças.

III- Divisão de Contabilidade.

CAPÍTULO III

UNIDADES DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA

Art. 14 - Ao Departamento Municipal de Edu-

cação e Cultura compete:

nadas com a educação de primeiro grau e pré-escolar na área do Municí-

II- Promover a instalação e manuten -

de estabelecimentos municipais de ensino;

III- Coordenar, supervisionar e execu-



ESTADO DE MINAS GERAIS C.G.C.(M.F.) Nº 16.781.346/0001.04

tar planos, programas e projetos municipais de educação;

IV- Supervisionar e manter os progra

mas de alimentação escolar e biblioteca municipal;

V- Executar outras atividades que '

lhe forem confiadas.

Parágrafo único - O Departamento Municipal de Educação e Cultura compõe-se das seguintes Divisões Administrati - vas:

I- Divisão de Ensino.

II- Divisão de Administração da Me -

renda Escolar.

III- Divisão de Administração das Cre

ches Municipais.

Art. 15 - Ao Departamento Municipal de Es-

portes, Lazer e Turismo compete:

I- Promover a difusão cultural, el<u>a</u>

borar e executar programas recreativos e desportivos;

II-.. Fomentar o turismo no Município;

III- Executar outras atividades que '

lhe forem confiadas.

Art. 16 - Ao Departamento Municipal de Saú

de compete:

I- Manter os serviços de saúde de '

interesse da população local, especialmente os de pronto-socorro;

II- Desenvolver atividades relaciona

das com a execução de programas de educação e serviços de defesa san<u>i</u>tária do Município:

III- Integrar os serviços de proteção e recuperação de saúde locais, com os planos e programas de saúde do Governo do Estado e da União;

IV- Executar outras atividades que '

lhe forem confiadas.

Parágrafo único - O Departamento Municipal de Saúde compõe-se das seguintes Divisões Administrativas:

I- Divisão de Saúde.

II- Divisão Sanitária.

Art. 17 - Ao Departamento Municipal de As-

sistência Social compete:

I- Coordenar, elaborar e desenvol -

ver os serviços de assistência social no Município;



ESTADO DE MINAS GERAIS C.G.C.(M.F.) Nº 16.781.346/0001-04

> II-Executar outras atividades que 1

lhe forem confiadas.

Art. 18 - Ao Departamento Municipal de Obras e Serviços Públicos compete:

Promover a execução das atividades concernentes à elaboração de projetos, construções e conservação! de obras públicas municipais, assim como dos prédios próprios do Muni cipio;

II-Promover a construção e a conser vação de estradas e caminhos integrantes do sistema viário do Município;

III-Promover a execução e manutenção dos serviços públicos, tais como: praças, parques, jardins, matadou ros, mercados, feiras, assim como efetuar a limpeza pública;

IV-Executar a fiscalização de con tratos que se relacionam com servicos a seu cargo;

Celebrar convênios com órgãos pú blicos e privados, visando a execução das obras programadas;

> Responsabilizar-se pela adminis-VI-

tração dos cemitérios;

VII-Executar outras atividades que '

lhe forem confiadas.

Parágrafo único - O Departamento Municipal de Obras e Serviços Públicos compõe-se das seguintes Divisões Adminis trativas:

> Divisão de Obras. T -

Divisão de Servicos Urbanos.

Divisão de Estradas Municipais. III-

CAPÍTULO IV

UNIDADES VINCULADAS

Art. 19 - A Junta de Serviço Militar (J.S.

M.) e a Unidade Municipal de Cadastro Rural (U.C.R.), previstas na es trutura administrativa do Município reger-se-ão por normas próprias.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 - Ficam mantidas todas as Unidades

omponentes e complementares de Organização Básica do Município men cionadas na Lei Municipal de nº. 1002/89, de 16 de agosto de 1989,



ESTADO DE MINAS GERAIS C.G.C.(M.F.) Nº 16.781.346/0001-04

aquelas criadas por esta Lei, que serão instaladas de acordo com as ! necessidades e conveniência da Administração.

Art. 21 - Ficam mantidos os cargos de Diretores de Departamento, Diretores de Divisão, Chefe de Gabinete, 02 ' (dois) Procuradores do Município, 03 (três) Assessorias Especiais, e Chefes da J.S.M. e U.C.R., criadas pela Lei Municipal nº. 1002/89, de 16 de agosto de 1989.

Parágrafo único - Os ocupantes dos cargos de Chefe de Gabinete, Procurador do Município, Assessor Especial, Diretor de Departamento e Diretor de Divisão receberão a remuneração constante do Quadro de Cargos e Salários, acrescida da verba de Representação de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento.

Art. 22 - O Prefeito baixará, oportunamente, o Regulamento Interno da Prefeitura, no qual constarão as atribuições gerais e específicas das diferentes unidades administrativas, as sim como as normas de trabalho que julgar necessárias.

Art, 23 - É facultado ao Prefeito Munici - pal delegar competência aos Diretores dos Departamentos e demais chefias, com o objetivo de assegurar maior rapidez às decisões.

Parágrafo único - É indelegável a competê $\underline{\mathbf{n}}$ cia do Prefeito nos seguintes casos:

I- Ordenação de despesa;

II- Nomeação, admissão, contratação de servidor a qualquer título, qualquer que seja sua categoria, e sua exoneração, demissão, dispensa, suspensão, revisão e rescisão de contrato:

III- Concessão e cassação de aposenta

doria;

IV- Decretação de prisão administra-

tiva;

V- Aprovação de concorrência, qual-

quer que seja sua finalidade;

VI- Concessão de exploração de serv<u>i</u>

cos públicos ou de utilidade pública;

VII- Permissão de serviço público ou

de atividade pública a título precário;

VIII- Aquisição de bens móveis por com

pra ou permuta;

IX- Alienação de bens imóveis perten



centes ao patrimônio municipal;

X-

Aprovação de loteamento e subdi-

visão de terrenos:

XI- Demais atos previstos como indelegáveis pela Lei Estadual competente.

Art. 24 - O Município dará especial aten - ção ao treinamento de seus servidores, fazendo-os, na medida de suas disponibilidades financeiras e de conveniência dos serviços, frequentar cursos e estágios especiais de treinamento e aperfeiçoamento.

Art. 25 - A remuneração dos cargos em co - missão serão reajustados na mesma época e proporção em que forem reajustadas a remuneração dos demais servidores municipais.

Art. 26 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº. 1002/89, de 16/08/89 e 'outras disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piumhi, 08 de fevereiro de 1993

Prefeito Municipal